



Relatório de Avaliação do índice e-Budget

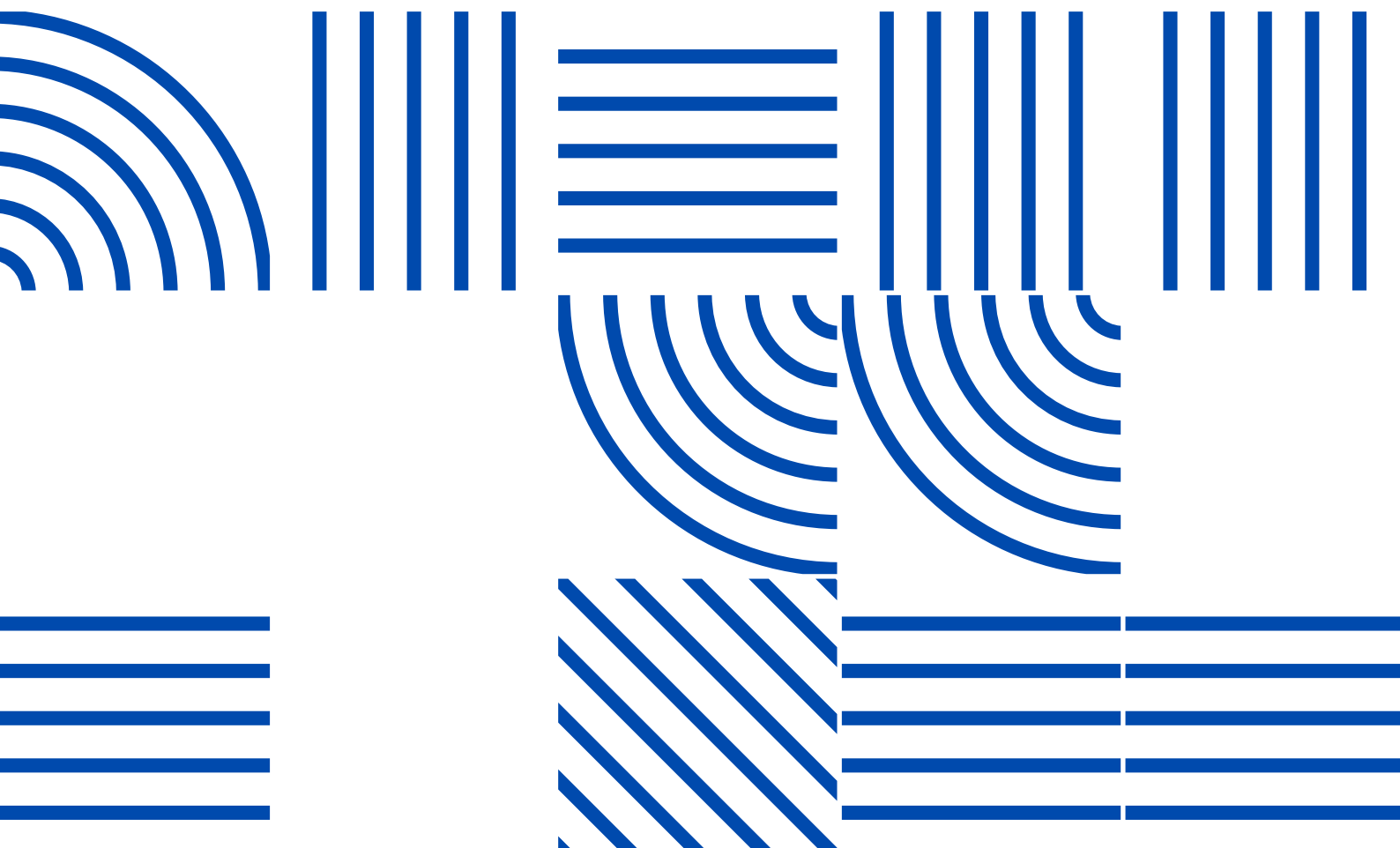
ANGOLA



O Pro PALOP-TL (FASE III) é co-financiado pela União Europeia

Este relatório apresenta os resultados da avaliação da transparência orçamental de Angola utilizando a metodologia do Índice e-budget PALOP-TL de Transparência, cuja pontuação final para o país foi de 51,6 (em uma escala de 0 a 100 pontos).

Esta análise foi realizada por representantes de organizações da sociedade civil (OSC), no âmbito de um exercício de avaliação técnica. As conclusões, interpretações e análises expressas neste relatório são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não refletem necessariamente as posições ou opiniões do Programa Pro PALOP-TL, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ou da União Europeia.



I. Sobre o Índice

O objetivo central do Índice e-budget PALOP-TL de Transparência é avaliar o nível de transparência das informações oficiais sobre o orçamento público. A avaliação do Índice 2025, tem como objeto o orçamento de 2024, bem como os relatórios de execução de 2024 e a Conta Geral do Estado de 2023.

O índice é estruturado para avaliar o desempenho dos países em três dimensões cruciais da transparência orçamental:

1. Relatórios Orçamentais (Dimensão I):

Avalia se o país elabora e publica no prazo o Orçamento Geral do Estado (OGE)¹, os quatro Relatórios Trimestrais de Execução Orçamentária (REO)² e a Conta Geral do Estado (CGE)³.

2. Qualidade da Informação (Dimensão II):

Avalia se os relatórios orçamentais publicados apresentam classificações detalhadas de Receita por Natureza Económica (Tributária/Não Tributária e especificação da categoria económica), Despesas por Função/Subfunção e Despesas por Órgão/Unidade Orçamental.

3. Dados Abertos (Dimensão III):

Avalia se os dados de receita por classificação económica e despesa por função/subfunção e órgão/unidade orçamental são publicados de acordo com 8 critérios de Dados Abertos.

O resultado do índice reflete uma média da pontuação destas 3 dimensões. Maiores detalhes sobre a metodologia podem ser encontrados aqui:

https://www.paloptl-ebudgets.org/static/reports/methodology_2021_pt.0332785a53b9.pdf

1 OGE: O país receberá a pontuação máxima, se publicar em até um mês após a elaboração do documento. Se a publicação ocorrer num período maior que 1 mês, mas menor que 3 meses, o país recebe metade da pontuação.

2 REOs: A pontuação máxima será concedida se o documento for publicado em até 1 mês após a elaboração. Se extrapolar este período, mas ainda assim, publicar antes de 3 meses, metade da pontuação será concedida.

3 CGE: Se publicados em até 6 meses, a pontuação máxima é atribuída. Caso a publicação ocorra após um período maior que seis meses, mas antes de completar 12 meses após o final do período ao qual o relatório se refere, será atribuída metade desta pontuação.

II. Os Principais Problemas Identificados

A pontuação de (51,6) reflete um bom desempenho nas dimensões de Relatórios Orçamentais (83,6 pontos) e Qualidade da Informação (71,3 pontos), mas um péssimo desempenho da dimensão de dados abertos (0 pontos).

A análise revela atrasos na publicação dos relatórios trimestrais de execução e a ausência de informações sobre as despesas por órgão nesses documentos. Também se mostra insuficiente nos níveis de detalhamento das receitas de natureza econômica. Além disso, constata-se a inexistência de dados abertos, uma vez que apenas PDFs são disponibilizados, sem planilhas com dados estruturados atualizados nas páginas oficiais.

A. PROBLEMAS CRÍTICOS NA PUBLICAÇÃO E DISPONIBILIDADE DE RELATÓRIOS (DIMENSÃO I)

Angola alcançou **83,6 pontos** na Dimensão Relatórios Orçamentais (de 100), pontuação positiva, dada a elaboração de todos os documentos avaliados (OGE, REOs, CGE), porém acabou perdendo pontos pelo atraso na publicação dos relatórios trimestrais com pouco mais de um mês, que seria o prazo ideal. Além disso, o país demora mais de 6 meses para publicação da Conta Geral do Estado, e por isso, perde pontos também.

B. DEFICIÊNCIAS NO DETALHAMENTO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

A Dimensão Qualidade da Informação obteve **71,3**

No Orçamento Geral do Estado o País obtém 100 pontos por conta da informação detalhada sobre natureza econômica nos dois níveis, despesa por Função e Subfunção, bem como na dotação por órgão nos dois níveis de detalhamento.

Nos Relatórios de Execução Orçamentais, o país recebe apenas 33,3 pontos. Em todos os relatórios trimestrais, a receita e a despesa por função encontram-se disponíveis de forma agregada, sem detalhamento. Não há dados orçamentais completos da despesa por órgão nos relatórios. Os relatórios indicam que os anexos apresentariam dados mais detalhados, os anexos são enumerados mas não constam no documento público.

Na Conta Geral do Estado, Angola obtém 80,6. Publica dados sobre as receita por natureza econômica em dois níveis e do orçamento da despesa por função e subfunção. No entanto, perde pontos por conta da falta de informações relativas às despesas por órgão e unidade orçamental.

C. FALHA CRÍTICA NA DIMENSÃO DADOS ABERTOS

O problema mais significativo é a pontuação de 0 na Dimensão dos Dados Abertos. O país não publica nenhuma base de dados orçamentais estruturada. Há uma seção do site que parece apontar para isto, mas ela está vazia, ainda “em construção”. É importante estabelecer um prazo e comunicar a data em que estes dados estarão disponíveis.

III. O que o Ministério das Finanças Pode Fazer para Melhorar a Performance

Para elevar o Índice e-budget e melhorar a transparência orçamental, o Ministério das Finanças de **Angola** deve focar nos seguintes pontos de ação:

1. MELHORAR A TEMPESTIVIDADE DOS RELATÓRIOS

O MINFIN deve assegurar maior tempestividade nos REOs (publicar em até 1 mês após fechamento do trimestre) e CGE (até junho do ano seguinte) para anuais.

2. AUMENTAR O DETALHAMENTO E A CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

Para melhorar a pontuação no índice é essencial desagregar os dados de execução por função e disponibilizar o acompanhamento da aplicação de recursos por órgão e garantir a responsabilidade institucional (Accountability).

Observação:

Para além dos requisitos do índice, a OSCs propõe que sejam disponibilizadas outras classificações orçamentais, que permitam identificar a origem e a aplicação dos recursos, como por exemplo:

- Dados sobre dívida pública, garantias e transferências intergovernamentais.
- Incluir informações sobre salários e património
- Gastos por programas e atividades.
- Apresentar comparações entre valores orçados, revisados e executados

(incluindo variações relevantes e suas justificativas).

3. PUBLICAR DOCUMENTOS COMPLETOS (COM OS ANEXOS)

Os relatórios de Execução Trimestrais mencionam os anexos, mas não apresentam os mesmos no documento partilhado no site. É muito importante consolidar tudo em um único documento, ou pelo menos, em uma única seção do site.

4. CORRIGIR PÁGINA DE BANCO DE DADOS PARA PROMOVER DADOS ABERTOS

O MINFIN deve garantir que as informações estatísticas sejam disponibilizadas em formatos que permitam edição e análise de dados pelos cidadãos.

- Operacionalização do Site: Tornar a seção de estatísticas do site do MINFIN funcional e com dados atualizados.
- Formato Aberto e Acessível:
 - Disponibilizar relatórios e tabelas em formatos editáveis (ex: CSV/Excel).
 - Criar uma interface de fácil acesso que permita a comparação e o download dos dados (dados abertos).

Observação:

Além disso, sugere-se adotar uma linguagem acessível na base de dados, evitando excesso de jargão técnico, e adicionar notas explicativas ou um dicionário de dados para facilitar a leitura por não-especialistas.

No processo de implementação do índice, outras questões - não necessariamente pontuáveis na metodologia - são apreendidas pela equipe. Estas observações são apresentadas como sugestões de melhoria geral:

1. Organização e Transparência: Em um nível mais geral, nota-se que o site do Ministério das Finanças apesar de ter um design agradável não está organizado de forma a facilitar o encontro das informações. Pensando em “Experiência do Usuário” (UX), é comum que o menu superior do site funcione como um mapa de navegação, onde seria possível chegar em qualquer parte do site. No entanto, pelo menu não encontramos um caminho que chegue em “Materiais de Realce”, onde estão os documentos Orçamentais. Ressalta-se também

que o título “Materiais de Realce” não é específico o suficiente, o que pode confundir o cidadão que está procurando um Orçamento Geral do Estado por exemplo. Sugere-se a utilização de um título mais intuitivo, como “Documentos Orçamentais”.

2. Melhorar a difusão do “orçamento cidadão” em versões simplificadas, com linguagem acessível e gráficos;

3. Criação de um portal de transparência, com dashboards interativos, que facilitem a consulta e análise de dados orçamentais aprovados e executados sob as diferentes classificações. Esta iniciativa poderia motivar maior participação e monitoria social, incluindo mais pessoas no debate público.

4. A constituição de um grupo de trabalho colaborativo envolvendo sociedade civil, universidades e organizações não governamentais para discutir melhorias na apresentação e acessibilidade dos relatórios; Este grupo de jovens angolanos, está disponível para criar um grupo de trabalho e discutir ideias de reorganização do site.